

Ensino Superior: Aprendizagem de alunos com deficiência no ensino remoto em tempos de pandemia

Cibele Roberta Sugahara

Professora Doutora, PPG em Sustentabilidade PUC Campinas, Brasil.
cibelesu@puc-campinas.edu.br

Denise Helena Lombardo Ferreira

Professora Doutora, PPG em Sustentabilidade PUC Campinas, Brasil.
lombardo@puc-campinas.edu.br

Bruna Angela Branchi

Professora Doutora, PPG em Sustentabilidade PUC Campinas, Brasil.
bruna.branchi@puc-campinas.edu.br

RESUMO

Uma nova realidade acometeu o sistema educacional com a pandemia Covid-19 alterando de forma significativa o conviver social. As instituições de ensino superior reconhecem a necessidade de analisar os impactos de suas medidas no ensino remoto, no contexto da pandemia, que incidem em cada grupo de estudante, incluindo as pessoas com deficiência. Esforços que merecem especial atenção diante das potencialidades dessas pessoas, como cidadãos que buscam a construção de novas competências a partir do ensino superior. O Brasil não está isolado diante desse desafio, porém o desenvolvimento de relações inclusivas da pessoa com deficiência nas aulas e atividades educacionais remotas depende de adequações do ambiente virtual às características e estado de dificuldade dos alunos para o exercício da sua autonomia no processo de ensino e aprendizagem. Os relatos de experiência, apresentados neste artigo, apontam os desafios de aprendizagem de alunos com deficiências durante o ensino remoto na pandemia Covid-19. As aulas e atividades no ambiente remoto tiveram como cerne o estabelecimento de uma rotina de acompanhamento entre aluno, professor, monitores e um profissional especialista do programa de acessibilidade da instituição de ensino. Em um cenário como o apresentado, as intervenções para vencer as limitações como a construção de sentido aos textos, por falta de habilidade leitora e capacidade de abstração, tiveram sucesso. Uma rede de apoio colaborativa de profissionais mostra-se como uma medida importante para o acolhimento das peculiaridades dos alunos, especialmente no ensino remoto, e releva na prática o respeito às suas características individuais.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino remoto. Pessoas com Deficiência. Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

Uma nova realidade acometeu a educação com a pandemia Covid-19 alterando de forma significativa o conviver social. Com as medidas de isolamento, condição que valoriza e preserva a vida ao mitigar a disseminação do vírus SARS-CoV-2, o Ministério da Educação (MEC) decretou ações de flexibilização no ensino a partir da portaria nº 343/2020, que rege a substituição das aulas presenciais por aulas remotas mediadas por tecnologias digitais (BRASIL, 2020a), e da medida provisória nº 934 que prevê dentre outras questões a flexibilização da obrigatoriedade de 200 dias letivos de trabalho no ambiente educacional (BRASIL, 2020b).

O conteúdo latente das medidas do MEC provém do reconhecimento da importância de preservar às instituições de ensino superior o exercício de seu papel principal na formação dos cidadãos. Diante dessa realidade, as relações pedagógicas entre alunos e professores foram reformuladas, e a implementação de abordagens de ensino e aprendizagem mediadas por tecnologias, exigiu um novo comportamento social ainda em construção.

Neste ambiente de ensino transformado ampliaram-se os obstáculos à inclusão de alunos com deficiência. Lembrando que a inclusão é uma reforma social, educacional e política que busca garantir os direitos das pessoas com deficiência (PCD), bem como sua representação na sociedade (Molossi et al. 2015). Além disso, o quarto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas visa “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Conforme Molossi et al. (2015), a inclusão constitui uma reforma social, educacional e política no sentido de garantir os direitos das pessoas com deficiência, bem como sua representação na sociedade. Com a pandemia, ações para atingir este objetivo enfrentam novos obstáculos especialmente em relação às pessoas com deficiência.

Um relatório das Nações Unidas informa que aproximadamente 15% da população tem algum tipo de desabilidade e que isso afeta uma em cada dez crianças (UNITED NATIONS, 2020). No Brasil em 2019, de acordo com os dados do último Censo de Educação Superior de 2019, aproximadamente 47 mil pessoas com deficiência tinham se matriculado em Instituições de

Ensino Superior, das quais 35,5% apresentavam problemas de visão (baixa visão, cegueira ou surdocegueira), 35% deficiência física e 9% deficiência intelectual (INEP, 2020). Mesmo sem dados oficiais, a UNESCO (2020) reconhece que o ensino remoto acrescenta novos obstáculos aos estudantes com deficiência. A falta ou a dificuldade de ter um apoio qualificado, os obstáculos do acesso à tecnologia de informação, que vão desde a disponibilidade do serviço de internet até a aprendizagem no uso de softwares específicos, assim como a indisponibilidade de materiais didáticos acessíveis, constituem obstáculos ao ambiente de aprendizagem inclusivo.

As publicações acadêmicas que tratam dos efeitos da pandemia Covid-19 no ensino superior em relação à educação inclusiva são em geral, objeto de estudo de caso ou relato de experiência. Este estudo caracteriza-se como um relato de experiência no contexto do ensino remoto com alunos com deficiência de uma Instituição de Ensino Superior da cidade de Campinas/SP. O presente artigo objetiva apontar os desafios de aprendizagem de alunos com deficiências durante o ensino remoto na pandemia Covid-19.

2 ENSINO SUPERIOR E A PANDEMIA COVID-19

A partir do coronavírus denominado SARS-CoV-2 originou-se a pandemia causadora da doença denominada Covid-19 em março de 2020 (LOPES NETO et al., 2020), uma síndrome respiratória grave (RODRIGUEZ-MORALES et al., 2020).

Como assinalam Ferreira, Branchi e Sugahara (2020), diversos segmentos da sociedade se mobilizaram para o enfrentamento da Covid-19, inclusive as instituições de ensino, necessitando rever o aparato institucional.

Na prática, a emergência das discussões das estratégias de ensino com a pandemia Covid-19 levou a uma busca pela construção de um novo ambiente educacional adequado ao ensino remoto (MEDEIROS; TAVARES, 2021; FAUSTINO; SILVA, 2020)

No contexto da educação superior, a pandemia Covid-19 trouxe mudanças contínuas com novos desafios aos alunos, professores e instituições de ensino como a garantia de um ensino de qualidade com a mediação das tecnologias digitais. A questão que se coloca é saber se os recursos de acessibilidade à inclusão das pessoas incluindo as pessoas com deficiência durante a pandemia Covid-19, tema de interesse das instituições de ensino, estão presentes não apenas para atender aos dispositivos legais. Ao ter como referência o preconizado pela Lei nº 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), capítulo IV – Do direito à Educação, art. 27

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, s/p).

O Brasil não está isolado diante desse desafio, porém o desenvolvimento de relações inclusivas da pessoa com deficiência nas aulas e atividades educacionais remotas depende de adequações do ambiente remoto às características e ao estado de dificuldade dos alunos para o exercício da sua autonomia no processo de ensino-aprendizagem. Essa reflexão deflagra a importância de promover como preceituado pela Lei nº 13.146, capítulo IV, art. 27, parágrafo II

aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena (BRASIL, 2015, s/p).

As instituições de ensino superior reconhecem a necessidade de analisar os impactos de suas medidas no ensino remoto, no contexto da pandemia, em cada grupo de estudante, incluindo as pessoas com deficiência. Esforços que merecem especial atenção diante das potencialidades das PCD como cidadãos que buscam a construção de novas competências a partir do ensino superior para a inserção no mercado de trabalho.

Fundamentando esse posicionamento, Nohara, Acevedo e Fiammetti (2010, p. 73) ao tratar das representações sociais das pessoas com deficiência defendem que o trabalho “proporciona condições para aprendizagem e desenvolvimento de competências, garante a segurança e a independência financeira e contribui para a autonomia do indivíduo”.

Com a pandemia Covid-19 emergem novas realidades e práticas para o alcance do ensino com o respeito às distintas condições das pessoas com deficiência. Resende e Melo (2020, p. 93) pontuam que o contexto de pandemia abre espaço para as discussões que “trazem à tona quem está sendo privilegiado e quem é tornado invisível no processo educativo”.

A tentativa de reproduzir práticas pedagógicas tradicionais no ensino remoto, com a mediação de tecnologias digitais revela uma postura puramente instrumental e insuficiente ao cenário pandêmico. É necessário reconstruir novas posturas que acomodem, temporariamente, a ausência de interações presenciais para fomentar o processo de ensino e aprendizagem. Medeiros e Tavares (2021, p. 154) afirmam que no ensino das pessoas com deficiência é indispensável construir uma proposta integradora com a participação de um profissional especializado para orientar as atividades dos alunos e professores.

Em função do exposto, a próxima seção contextualiza alguns desafios da aprendizagem dos alunos no ensino superior e as questões que atravessam em tempos da pandemia Covid-19.

3 ENSINO SUPERIOR E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Durante a Antiguidade as pessoas com deficiência não eram bem vistas na sociedade. Mais tarde, na Idade Média, a partir da influência da Igreja Católica, foi possível a mudança desse pensamento. E de acordo com Duarte et al. (2013), os direitos das pessoas com deficiências não podem ser diminuídos devido às suas limitações, pois conforme os autores, “As pessoas com deficiência são cidadãos e fazem parte da sociedade e esta deve se preparar para lidar com a diversidade humana” (DUARTE et al., 2013, p. 291).

No setor educacional, Glat, Fontes e Pletsch (2006) assinalam que a escola deve ser capaz de atender a todos os alunos com as suas diferenças individuais. A escola tem a função social de produzir conhecimento e promover o desenvolvimento, de forma que todos os alunos tenham direito à educação de qualidade, contemplando a diversidade humana. Ademais, Duarte et al. (2013) esclarecem sobre a importância da escola na formação do indivíduo que vive em uma sociedade fortalecida pela exclusão, fracasso e abandono escolar.

As instituições de ensino têm grande responsabilidade na formação do conhecimento da sociedade, sobretudo ao considerar a educação inclusiva, onde o desafio é ainda maior, pois demanda estratégias de aprendizagem específicas para promover o processo inclusivo.

Bisol et al. (2010) assinalam que o ensino superior é desafiador para os jovens em geral, pois exige adaptação à nova vida acadêmica, sendo necessário muitas vezes contornar as falhas adquiridas no ensino anterior. Além disso, é essencial o envolvimento com os colegas e os professores, fatores esses determinantes para evitar o abandono escolar.

Os jovens em geral enfrentam dificuldades em conquistar uma vaga na Universidade, e este acesso é ainda mais desafiador aos jovens com dificuldades de aprendizagem. Ademais, como esclarecem Gomes e Lima (2006), o fato de os alunos estarem frequentando a sala de aula não significa que estão absorvendo o conteúdo ministrado, com maior atenção no caso de alunos com dificuldades de aprendizagem.

No contexto da educação inclusiva, Rosin-Pinola e Del Prette (2014) ressaltam que

Os serviços de apoio são fundamentais no processo de escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais, uma vez que a formação de professores, seja do generalista ou a do especialista, pouco tem dado conta das demandas atuais da educação, dentre elas a da inclusão, entendida como um dos desafios da escola atual (ROSIN-PINOLA; DEL PRETTE, 2014, p. 343).

Somando-se a isso, para propiciar a aprendizagem dos alunos com deficiência é importante criar um ambiente de inclusão. Segundo Schneider (2020, p. 33) a inclusão envolve a todos, pelo fato de todos serem diferentes e com limitações, por isso o termo inclusão “prevê uma adaptação social para que ocorra igualdade entre os mais distintos indivíduos”.

Percebe-se, ainda, que a busca continuada de apoio social e institucional para a elaboração de conteúdos e instrumentos de interação visando a aprendizagem adequada às pessoas com deficiência, no contexto do ensino remoto, é um movimento para uma condição de igualdade no ensino.

No que se refere às dificuldades de aprendizagem das pessoas com deficiência intelectual, Medeiros e Tavares (2021) destacam que um fator determinante para a evolução na aprendizagem é o trabalho conjunto entre o professor, o atendimento especializado institucional e o envolvimento dos demais alunos da turma que podem fortalecer as relações interpessoais.

Uma pesquisa com 230 estudantes universitários russos com deficiências permitiu notar que durante a pandemia os problemas sociopsicológicos se somaram aos problemas técnicos, agravando o processo de educação inclusiva (DENISOVA, LEKHANOVA; GUDINA, 2020). Entre os principais problemas relatados havia o crescimento de atividades requeridas que geraram maiores problemas na organização e planejamento do tempo, os problemas de comunicação especialmente por alunos com deficiência auditiva e os problemas técnicos. As vantagens do ensino remoto se resumiram na ausência do deslocamento, particularmente relevante entre os alunos com deficiência visual e deficiência física.

Relatos de experiências com alunos com desabilidades apontam também para alguns aspectos positivos do ensino remoto, entre os quais um diálogo mais intenso e uma relação mais

estreita entre professor e aluno que orientaram mudanças nas atividades em sala de aula (atividades síncronas) e na avaliação (PACHECO, NOLL, MENDONÇA, 2020).

Leite et al. (2020) realizaram uma revisão bibliográfica de trabalhos científicos sobre ensino a distância para pessoas com deficiência visual para identificar práticas facilitadoras para o ensino remoto adotado no Brasil em consequência da pandemia. Eles apontam que a familiaridade com o ambiente virtual de ensino e o acesso a softwares específicos, quais leitor de tela ou conversor de texto para áudio, representam elementos importantes para limitar o impacto do ensino remoto para este grupo de estudantes. Mas também identificam na escassez de material didáticos adaptado e na ausência de professores ou monitores qualificados, os principais obstáculos, especialmente em fase de atividades avaliativas.

Medeiros e Tavares (2021) realizaram um estudo com reflexões sobre a linguagem e as percepções de alunos com deficiência intelectual no ensino remoto. Eles focaram o trabalho a partir do contexto vivenciado por dois alunos com deficiência intelectual, quanto às suas dificuldades, adaptações pedagógicas e apoio familiar para os seus estudos.

Na próxima seção são apresentados relatos de experiências do processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência visual e intelectual, no ensino superior durante a pandemia Covid-19.

4 ALGUMAS EXPERIÊNCIAS COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VIVENCIADAS NO ENSINO REMOTO

4.1 Atividades realizadas na disciplina de Matemática Aplicada à Administração com estudante deficiente visual

As atividades da disciplina Matemática Aplicada à Administração para o curso de Administração foram realizadas no segundo semestre de 2020 por meio das tecnologias digitais Plataformas Canvas e Microsoft Teams. A plataforma Canvas foi usada para as atividades de ensino e avaliações, e o Teams para reuniões e conferências.

Entre os alunos da sala de aula da disciplina, havia estudantes com dificuldades de aprendizagem, alguns com uma certa aversão à Matemática e uma estudante com deficiência visual. Vale salientar que a estudante com deficiência visual já havia tentado cursar a disciplina, quando oferecida presencialmente com a mesma professora, mas ao apresentar dificuldade no acompanhamento das aulas e na realização das tarefas decidiu pelo abandono da mesma.

Inicialmente foram realizadas diversas reuniões com a aluna, a professora e com profissionais da área que prestam apoio pedagógico no sentido de definir o formato das atividades a serem realizadas pela aluna. Além disso, havia uma monitora, graduanda em Matemática, para assistir a aluna nas atividades rotineiras da disciplina. Ao longo do semestre mais reuniões foram necessárias, algumas vezes com a professora e a equipe pedagógica, outras vezes com a aluna e a professora e também com a monitora e a professora. As reuniões foram de extrema relevância para a compreensão das dificuldades pela aluna e para o direcionamento das atividades, confirmando a importância de estreitar as relações entre alunos e docente no ambiente de ensino remoto, como publicado por Pacheco, Noll e Mendonça (2020).

Nas primeiras atividades a estudante executava as atividades avaliativas pela plataforma Canvas com a ajuda da monitora, como os demais alunos da classe. Os cálculos realizados pela

estudante eram feitos no Excel. Vale destacar que a aluna não foi alfabetizada com a linguagem Braille, pois a deficiência visual ocorreu na fase adulta.

Após duas atividades avaliativas foram necessárias algumas modificações, tendo em vista as dificuldades ocorridas nesta realização. Dessa forma, decidiu-se que a estudante, diferentemente dos demais alunos, entregaria a atividade por e-mail à professora, pois dessa forma facilitaria a identificação do procedimento utilizado pela estudante na resolução das questões. Nesta linha, Rodrigues e Sales (2018) assinalam que o processo de inclusão de alunos com deficiência visual representa um grande desafio ao professor, sobretudo quando se trata do ensino da matemática, que exige abstração para a compreensão de seus conceitos.

As atividades realizadas pela estudante no Excel fortaleceu a necessidade de um olhar mais direcionado ao ensino e aprendizagem da estudante, pois foi possível identificar várias lacunas em conteúdos matemáticos do ensino fundamental. O envolvimento de alunos monitores da disciplina foram fundamentais para o desenvolvimento das atividades da aluna. No entanto, a professora a partir de um minucioso acompanhamento interveio de forma contínua e repetidamente para garantir o entendimento e a aprendizagem dos conteúdos da disciplina. Essa atitude foi altamente positiva, pois possibilitou que a professora entendesse melhor as dificuldades de aprendizagem da aluna e ao mesmo tempo a aluna se sentisse à vontade para realizar os questionamentos que porventura existissem. Como destacam Landim, Maia e Sousa (2017) é importante o que o professor compreenda o estudante com deficiência, pois dessa forma poderá ajudá-lo a se preparar para a sua vida fora da escola.

Após o entendimento de operações com frações, outro desafio foram as atividades realizadas com o conteúdo funções. Primeiramente abordou-se funções lineares – cálculo do valor numérico para um determinado valor da variável x ; inclinação da reta, coeficiente linear da reta; função crescente ou decrescente. A compreensão desses conteúdos foi de extrema importância no tratamento das aplicações de funções na área de Administração e Economia.

Mesmo com as dificuldades inicialmente diagnosticadas pela aluna foi possível vencê-las com o empenho da professora e com a motivação da estudante neste processo. De acordo com Landim, Maia e Sousa (2017), a aprendizagem dos estudantes com deficiência visual depende da dedicação, persistência e força de vontade dos mesmos. Os mesmos autores complementam ser necessário que esses estudantes tenham persistência para superarem os obstáculos enfrentados cotidianamente e tenham assegurado o direito ao pleno exercício social.

Após a compreensão dos conteúdos matemáticos, abordou-se a transição dos problemas reais para a linguagem matemática, sobretudo aqueles relacionados com a área de Administração e Economia, tais como, custo, receita, lucro, oferta, demanda e ponto de equilíbrio.

Vale destacar que não foi possível usar a representação gráfica com a discente. Como destacam Molossi et al. (2015), a visão é um dos sentidos sensoriais mais importantes, especificamente na Matemática, diversos conceitos visuais e formulações necessitam de representações gráficas.

4.2 Atividades realizadas na disciplina de Projeto de Trabalho de Curso em Administração com estudante deficiente intelectual

Nesse relato de experiência busca-se apresentar a construção de elementos que subsidiaram o desenvolvimento de atividades e aulas remotas no ensino superior, a partir da prática docente com um aluno com deficiência intelectual, no componente curricular Projeto de Trabalho de Curso em Administração.

Para contextualizar a situação vivenciada é importante esclarecer que a pessoa com deficiência intelectual apresenta como uma das principais limitações a construção de sentido, por não ter pleno desenvolvimento da habilidade leitora e capacidade de abstração (CARVALHO; ALVES; MOTA ROCHA, 2017; MEDEIROS; TAVARES, 2021).

A concepção do Projeto de Trabalho de Curso pressupõe autonomia na elaboração de uma proposta, cujo grau de complexidade cognitiva seja condizente com os conhecimentos prévios adquiridos ao longo do curso. No sentido da qualificação profissional espera-se que o aluno seja capaz de delimitar uma área temática para o desenvolvimento do trabalho no âmbito da administração, de forma a satisfazer os objetivos de conhecimentos, habilidades e atitudes de um egresso em administração.

A partir de atividades e aulas remotas mediadas com as tecnologias digitais Plataformas Canvas e Teams, a experiência do processo de ensino e aprendizagem envolvendo um aluno com deficiência intelectual aqui relatava privilegiou o aprender fazendo (*learning by doing*).

As aulas e atividades no ambiente remoto tiveram como cerne o estabelecimento de uma rotina de acompanhamento entre aluno, professor e um profissional especialista do programa de acessibilidade da instituição de ensino. Foi a partir de um relato prévio do profissional que acompanhava o aluno desde o seu ingresso no curso que se obteve informações esclarecedoras quanto às características individuais e limitações do aluno para o desenvolvimento das habilidades cognitivas.

Isso posto, é importante registrar que o próprio Projeto Pedagógico do Curso de Administração em questão prevê atividades coletivas e individuais para o desenvolvimento do Projeto de Curso e foi concebido a mais de uma década com uma abordagem de ensino ativa baseada em problema (*Project-Based Learning* – PBL). No que tange aos principais desafios do aluno com deficiência intelectual na elaboração do Projeto de Curso destacam-se as habilidades leitoras e escritoras. Há evidência que estudantes com habilidades se beneficiam de práticas que estimulam a pesquisa e a análise no processo de aprendizagem. Um exemplo de prática promotora da inclusão é o PBL (WEBSTER, 2020).

Para contornar essas limitações, uma das primeiras atividades realizadas pelo aluno foi a elaboração de um parágrafo contendo uma breve descrição de um assunto na área da administração de seu maior interesse. Momento em que foi notado a partir do texto escrito pelo aluno a dificuldade de escrita, caracterizada também pela supressão de letras das palavras, e uma longa frase desprovida de sentido.

Com esse relato em mãos e com o apoio do profissional especialista foi elaborada uma outra atividade, contextualizando a área de estudo a partir de trechos escritos pelo próprio aluno. Durante a aula remota via conferência o aluno pôde fazer uma leitura do seu texto com a professora e explicar oralmente qual o seu entendimento. Num segundo momento, o aluno escreveu o seu entendimento elaborando um novo parágrafo com a interação da professora. Essa prática foi seguida ao longo do semestre, mas sempre acompanhada de atividades orientadas de reforço semanais, junto ao programa de apoio institucional do qual o aluno

participava com grande assiduidade e entusiasmo. Fato relevante nesse processo que possibilitou a professora, ainda de forma limitada por conta da limitação cognitiva, trabalhar de forma parcial com a delegação de responsabilidade sobre a aprendizagem.

O acompanhamento periódico da aprendizagem também foi concretizado com as orientações individuais via conferência, nestas ocasiões partiu-se para o recurso de leituras de textos curtos selecionados em conjunto com o aluno, para posterior construção de parágrafos do Trabalho de Curso com base nos textos dialogados. Isso se mostrou de grande efetividade. Entretanto, ao mesmo tempo foi notado a apreensão em relação à dificuldade do aluno em expressar o entendimento do texto.

Outros elementos que favoreceram o processo de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual referem-se à disponibilidade de computador e acesso à internet em sua residência, bem como a ausência de dificuldade do aluno no uso do editor de texto word, o que facilitou a elaboração do seu projeto de Trabalho de Curso. Como relatam Medeiros e Tavares (2021) as instituições de ensino possuem um papel de extrema importância na construção de mecanismos para a promoção de uma rotina de estudo adequada ao ensino remoto, visando reduzir os impactos gerados na aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia gerada pela Covid-19 mudou significativamente a convivência social, com destaque as intuições de ensino que tiveram que se apropriar de mecanismos para atender os seus alunos e professores. A Instituição de Ensino Superior, foco deste trabalho, proporcionou o uso de tecnologias digitais como as plataformas Canvas e Teams. Além do desafio da aprendizagem dessas plataformas há que se considerar o desafio do ensino remoto para pessoas com deficiências de aprendizagem.

O trabalho apresenta o relato da experiência de duas professoras de alunos com deficiências. Uma das professoras descreve a sua experiência com uma aluna deficiente visual, mas também com dificuldades em conteúdos matemáticos. A segunda professora relata a sua experiência com um aluno com deficiência intelectual.

Esse trabalho evidenciou a partir dos relatos de experiência que a aprendizagem de alunos com deficiência, no contexto do Ensino Superior, em época da pandemia Covid-19 depende essencialmente de uma rede de apoio profissional colaborativa, além do envolvimento contínuo do aluno nas atividades de ensino. Essa ação mostra-se como deveras importante para o acolhimento das peculiaridades dos alunos, e releva na prática o respeito às suas características individuais.

REFERÊNCIAS

BISOL, C. A.; VALENTINI, C. B.; SIMIONI, J. L.; ZANCHIN, J. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p. 147-172, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 05 mar. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 07 mar. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Medida provisória nº 934, de 1 de abril de 2020**. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, 2020b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv934.htm. Acesso em: 07 mar. 2021.

CARVALHO, R. S. P.; ALVES, M. F.; MOTA ROCHA, S. R. Leitura e deficiência intelectual: metacognição e ensino explícito. **Educação em foco**, v. 22, n. 3, p. 58-87, 2017.

DENISOVA, O. A.; LEKHANOVA, O. L.; GUDINA, T. V. Problems of distance learning for students with disabilities in a pandemic. International Scientific and Practical Conference “Teacher Professionalism: Psychological and Pedagogical Support of a Successful Career”. **SHS Web of Conference**, v. 87, 2020. <https://doi.org/10.1051/shsconf/20208700044>

DUARTE, E. R.; RAFAEL, C. B. S.; FILGUEIRAS, J. F.; NEVES, C. M.; FERREIRA, M. E. C. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, n. 2, p. 289-300, 2013.

FAUSTINO, L. S. S.; SILVA, T. F. R. S. Educadores frente à pandemia: dilemas e intervenções alternativas para coordenadores e docentes. **Boletim de conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, ano II,

FERREIRA, D.H. L.; BRANCHI, A.; SUGAHARA, C. R. Processo de ensino e aprendizagem no contexto das aulas e atividades remotas no Ensino Superior em tempo da pandemia Covid-19. **Revista Práxis**, v. 12, n. 1 (Sup.), p. 19-28, 2020.

GLAT, R.; FONTES, R. S.; PLETSCHE, M. D. Uma breve reflexão sobre o papel da Educação Especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino. **Cadernos de Educação**, v. 6, p. 13-30, 2006.

GOMES, M. F. C.; LIMA, P. A. L. Inclusão e exclusão: a dupla face da modernidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE INCLUSIVA, 4., 2006, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2006.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse **Estatística da Educação Superior 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 7 março 2021.

LEITE, L.; SILVA, M. C. R.; SIMÕES, T. M. S.; SOARES SILVA, A. C.; PEREIRA, M. Impactos da COVID-19 na graduação da pessoa com deficiência visual. **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, p. 1-14, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.46375/encantar.v2.0033>

LOPES NETO, D. et al. **Guia de orientações da PROEG diante da pandemia Covid-19**. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – Versão 1.0 – Manaus: UFAM, 2020. E-book. Disponível em: <https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/3102/1/PROEG_GUIA%20DE%20ORIENTACOES_COVID19.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2020.

MEDEIROS, L. R.; TAVARES, L. R. Percepções de alunos com deficiência intelectual no ensino remoto: reflexões sobre a linguagem. **Revista Linguagem em Foco**, v. 12, n. 3, p. 150-171, 2021.

MOLLOSI, L. F. S. B.; MENESTRINA, T. C.; MANDLER, M. L.; MENESTRINA, L. C. Uma perspectiva para inclusão de cegos: considerações de uma professora de matemática. **Benjamin Constant**, ano 21, n. 58, v. 1, p. 30-48, 2015.

NOHARA, J. J.; ACEVEDO, C. R.; FIAMMETTI, M. A vida no trabalho: As representações sociais das pessoas com deficiências. In: **Trabalho e pessoa com deficiência: Pesquisas, práticas e instrumentos de diagnóstico**. Curitiba: Juruá, 2010.

PACHECO, L. F., NOLL, M.; MENDONÇA, C. R. Challenges in teaching human anatomy to students with intellectual disabilities during the Covid-19 pandemic. **Anatomical Sciences Education**, v. 13, n. 5, p. 556-557, 2020.

doi: 10.1002/ase.1991

RESENDE, N. S.; MELO, P. E. de. Diálogos sobre a escola em contexto de pandemia: contribuições do pensamento de Paulo Freire e do Construcionismo Social. **Pedagogia em Ação**, v. 13, n. 1, p. 84-95, 2020.

RODRIGUES, J. M.; SALES, E. R. de. Educação Matemática em uma perspectiva inclusiva: percepções de professores e alunos deficientes visuais. **Educação Matemática em Revista**, v. 23, n. 58, p. 22-33, 2018.

RODRIGUEZ-MORALES, A. J. et al. Clinical, laboratory and imaging features of COVID-19: A systematic review and meta-analysis. **Travel Medicine and Infectious Disease**, v. 34, 101623, p. 1-13, 2020.
<https://doi.org/10.1016/j.tmaid.2020.101623>

ROSIN-PINOLA, A. R.; DEL PRETTE, Z. A. P. Inclusão Escolar, Formação de Professores e a Assessoria Baseada em Habilidades Sociais Educativas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 3, p. 341-356, 2014.

SCHNEIDER, P. V. **O labor da pessoa com deficiência**: Intersecções entre a lei de cotas e o preconizado pelo trabalho decente frente a Agenda 2030. 2020. 155f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) – Centro de Economia e Administração. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, 2020.

UNESCO. **Empowering students with disabilities during the COVID-19 crisis**. Maio, 2020. Disponível em <https://bangkok.unesco.org/content/empowering-students-disabilities-during-covid-19-crisis>. Acesso em 5 mar. 2021.

UNITED NATIONS. A Disability-Inclusive Response to COVID-19. **Policy Brief**, maio 2020. Disponível em: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sg_policy_brief_on_persons_with_disabilities_final.pdf. Acesso em 5 mar. 2021.

WEBSTER, J. Project Based Learning for Special Education and Inclusion. **ThoughtCo**, 2020. Disponível em: <https://www.thoughtco.com/project-based-learning-for-special-education-3111012>. Acesso em: 5 mar. 2021.